

Coincidências, partidos e frentes

Coincidência. Foi a explicação dada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro para o fato de o seu despartidarizado ministério já abrigar três deputados do DEM: Onix Lorenzoni (RS), na Casa Civil; Teresa Cristina (MS), na Agricultura; e Luiz Henrique Mandetta (MS), na Saúde.

O primeiro demista, Lorenzoni, sempre apoiou seu projeto presidencial, esclareceu Bolsonaro. A segunda demista, Cristina, foi indicada pela Frente Parlamentar da Agropecuária. O terceiro demista, Mandetta, também chegou ao ministério de Bolsonaro porque recebeu o aval de uma frente parlamentar, neste caso, a da Saúde. Os três são filiados ao DEM. Mera coincidência.

O prefeito de Salvador e presidente do DEM, ACM Neto, também tratou a nomeação dos três políticos da legenda como algo desprovido de conotação partidária. "As escolhas foram do presidente", declarou ACM Neto ao jornal Valor. Nem ele, nem outros caciques do partido como o presidente da Câmara, Rodrigo Maia teriam sido consultados a respeito da indicação dos futuros ministros.

A negação da conexão partidária ressaltada por ACM Neto serve também para tentar separar os três ministros do DEM da reeleição de Rodrigo Maia para a presidência da Câmara dos Deputados. "As coisas [os ministros do DEM e a recondução de Maia] não são excludentes", argumentou Neto. "Não é justo e nem razoável que se queira impor qualquer restrição ao Rodrigo pelo fato de o DEM ter três quadros seus compondo o primeiro escalão do novo governo", concluiu.

O esforço de Bolsonaro e de ACM Neto para despartidarizar a presença dos três demistas no novo ministério não é destituído de suporte fático. Falar em coincidência é exagero, pois o DEM é um partido de direita com bons quadros. Faz sentido que forneça capital humano para o governo Bolsonaro. Mas tudo indica que as escolhas de Tereza Cristina e de Luiz Henrique Mandetta realmente passaram ao largo das tradicionais instâncias partidárias.

Entretanto, isso não significa que a indicação de três ministros do DEM para o gabinete de Bolsonaro será neutra do ponto de vista político partidário. Haverá consequências. Dois efeitos já são notados.

Primeiro, está provocando desconforto em outros partidos potencialmente dispostos a apoiar o governo Bolsonaro. Até o PSL, que somente passou a existir de verdade por causa do bolsonarismo, ficou agastado. Não há possibilidade de o PSL deixar de apoiar as iniciativas do governo Bolsonaro no Congresso. Mas a disposição de PP, PR, PSD, PSC e de outras agremiações do chamado Centrão para compor a base de sustentação parlamentar de Bolsonaro pode ter retrocedido. Pior do que um ministério sem representação partidária é um no qual há políticos de um único partido, ainda mais se pertencerem a uma legenda de porte apenas mediano como é o caso do DEM.

Quanto ao DEM, com três ministros, mesmo que desprovidos da chancela partidária, está inevitavelmente atrelado ao governo Bolsonaro. Seus parlamentares – a grande maioria, pelo menos – votarão alinhados com os interesses do governo na Câmara e no Senado.

O segundo efeito é o enfraquecimento da candidatura de Rodrigo Maia à presidência da Câmara. Após abrigar três ministros do DEM, a chance de o governo Bolsonaro apoiar a reeleição de Maia, mesmo que discretamente, tornou-se mínima. Neste aspecto, o esforço de ACM Neto de desvincular um assunto do outro parece fadado a fracassar. Outro deputado deverá contar com a simpatia do governo Bolsonaro na disputa pela presidência da Câmara. Ainda não está claro quem será. Até meados de janeiro, muito provavelmente saberemos o nome preferido do Planalto.

Mesmo sem o respaldo do governo, Rodrigo Maia será competitivo na disputa pela presidência da Câmara. Tem grande chance de receber o apoio da esquerda e de uma parcela das bancadas do PSDB, do MDB e do Centrão. Os deputados, principalmente os reeleitos, podem julgar conveniente colocar na presidência da Casa alguém menos atrelado ao Planalto. E é bom lembrar que o voto é secreto. Resta saber se Rodrigo Maia terá disposição para enfrentar o governo Bolsonaro no começo de 2019.

Voltando à maneira como Tereza Cristina e Mandetta foram escolhidos para o ministério de Bolsonaro a saber, por intermédio das frentes parlamentares cabe reforçar um alerta que já apresentamos em publicações anteriores. Não nos parece que as frentes parlamentares sejam capazes de substituir de maneira consistente os partidos políticos como pilares da base governista no Congresso.

Apesar de terem adquirido mais consistências nas últimas duas legislaturas (incluindo a atual) as frentes parlamentares continuam a ser organizações mais fluidas que os partidos. A composição das frentes costuma ser meio indefinida. É difícil saber exatamente quantos parlamentares fazem parte delas. Elas são fortes na Câmara, mas pouco expressivas no Senado. Não costumam assumir posições homogêneas a respeito de assuntos que fogem de seus campos de atuação específicos. Não têm assento nos colégios de líderes da Câmara e do Senado. E, por fim, não dispõem dos instrumentos partidários que favorecem a coesão das bancadas, tais como a prerrogativa dos líderes de indicar parlamentares para as comissões temáticas da Câmara e do Senado e de distribuir relatorias. Sem contar a capacidade das lideranças partidárias de alocar verbas e recursos de campanha para seus filiados.

O impulso eleitoral dado pelas urnas a Bolsonaro poderá dispensar o novo governo de se envolver em tratativas partidárias em 2019, ou em parte do próximo ano. Mas em algum momento nos parece inevitável que os partidos – os atuais ou outros que podem surgir no futuro próximo, após eventual remodelação partidária – e suas lideranças reassumam o protagonismo nas negociações com o Planalto.

Até mesmo alguns membros das frentes reconhecem as dificuldades para que as mesmas sirvam como base estável ao governo. Osmar Terra (MDB-RS), presidente da Frente Parlamentar da Saúde (FPS), disse ao jornal Valor que "230 deputados participam da frente, mas atuantes são uns 40/50. É um grupo muito amplo, do PCdoB ao DEM, só conseguimos unir quando é uma pauta do setor". Hiran Gonçalves (RR), também integrante da FPS, acrescentou que "essa indicação [de Mandetta] não atrela o apoio [ao governo Bolsonaro], eu sou Progressistas [PP]", explicou o deputado.

Ou seja, apesar do desgaste dos partidos, o Congresso, mais cedo ou mais tarde, voltará a funcionar segundo a lógica partidária. É ilusório pensar que será diferente por que Bolsonaro venceu a velha política na eleição deste ano.